



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL. 15 No. 5 Agosto 2013



Investimento em infra-estruturas SADC procura 64 biliões de dólares americanos

por Joseph Ngwawi

ÁFRICA AUSTRAL está a procura de investimento e financiamento estimado em 64 biliões de dólares norte-americanos para um programa visando melhorar as infra-estruturas de transportes, energia e outros sectores ao longo dos próximos cinco anos.

O plano para 106 projectos prioritários de infra-estruturas transfronteiriças que abrangem os sectores de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação meteorologia foi apresentado durante uma conferência de investimento em infra-estruturas organizada pela SADC, na capital moçambicana, Maputo, no final de Junho.

Os projectos abrangem o desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriça, incluindo fontes alternativas de energia, tecnologia de informação e comunicação na aviação civil, e deverão ser implementados até 2017.

O sector de transportes teve o maior número de projectos exibidos durante a conferência de um dia de investimentos, com 40 projectos para a melhoria de estradas, ferrovias, portos e postos fronteiriços, no valor de cerca de 16,3 biliões, apresentados a potenciais investidores.

Os projectos prioritários de infra-estruturas de transporte incluem aqueles visando a expansão, reabilitação e modernização dos portos de Durban e Walvis Bay, novos projectos ferroviários e

reabilitação das vias existentes, novos acessos rodoviários que ligam Angola e a República Democrática do Congo e a reabilitação de outros ao redor da região, e a introdução de um posto fronteiriço de paragem única em Beitbridge entre África do Sul e Zimbabwe.

Projectos de infra-estruturas do sector de transportes incluem planos para introduzir um sistema uniforme de tarifas rodoviárias para todos os países do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e SADC, bem como o estabelecimento de uma autoridade regional de transporte para as três comunidades económicas regionais.

Notou-se que apesar do desenvolvimento de infra-estruturas física ser essencial, é necessária uma reforma regulamentar e harmonização regional dos regulamentos para o acesso efectivo a serviços de infra-estruturas.

O COMESA-EAC-SADC estão a implementar programas de integração regional no desenvolvimento comercial e económico, que incluem programas de desenvolvimento de infra-estruturas regionais de transportes, tecnologia de informação e comunicações, energia e aviação civil como um primeiro passo para a realização da integração continental.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
INFRA-ESTRUTURA	5
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6
ENERGIA	7
CIMEIRA DA OMT	8-9
COOPERAÇÃO	10
ELEIÇÕES	11
PAZ & SEGURANÇA	12
GÉNERO	13
TECNOLOGIA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

SADC procura 64 biliões de dólares americanos

Um total de 16 projectos de energia, com custo estimado em mais de 12 biliões de dólares, foram comercializados na conferência, incluindo o projecto de interligação ZiZaBoNa a ser implementado pelo Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia, bem como a proposta de interligação Namíbia-Angola que vai ligar este último País ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

A conferência também discutiu projectos de infra-estruturas para os Estados insulares da SADC, como Madagáscar, Ilhas Maurício e Seychelles.

Estes incluem a criação de um corredor marítimo para os estados oceânicos, bem como o desenvolvimento e comercialização de produtos transnacionais de turismo para estes mesmos estados.

O Presidente da SADC e de Moçambique, Armando Guebuza, defendeu a necessidade de um maior diálogo entre os investidores da SADC, destacando que a região está pronta para parcerias para impulsionar sua agenda de desenvolvimento de infra-estrutura.

"Propomo-nos a sair daqui com uma estratégia sustentável que nos permita acelerar o investimento em infra-estruturas na região da SADC", disse Guebuza.

Ele disse que a aprovação do plano pela SADC, no ano passado, foi o reconhecimento do papel vital desempenhado pelas infra-estruturas transfronteiriças na agenda de integração regional.

O Desenvolvimento de infra-estruturas é um pilar importante para a integração regional, competitividade comercial e desenvolvimento.

"Por isso, estamos satisfeitos em ver que saímos daqui com a sensação de estar no caminho certo e fizemos avanços que nos permitem avançar firmemente na implementação da agenda de investimentos em infra-estrutura da SADC", disse ele.

A conferência proporcionou um diálogo construtivo entre a SADC e os seus parceiros de cooperação, investidores e financiadores de infra-estruturas regionais.

O diálogo incluiu discussões frutíferas em mesas redondas

nacionais dedicados à infra-estrutura nos sectores de energia, transporte, água, turismo, meteorologia e tecnologia de informação e comunicação.

Cada Estado-Membro da SADC esteve numa mesa onde os financiadores interessados e parceiros de cooperação tiveram a oportunidade de obter informações de primeira mão sobre os projectos no país.

Isso proporcionou uma oportunidade para que os representantes das instituições de financiamento do desenvolvimento e do sector privado interagissem e se relacionassem com os Estados-Membros da SADC e as entidades de tomada de decisão política para

discutir as oportunidades de desenvolvimento de infra-estruturas.

Um representante da empresa de mineração brasileira Vale, Ricardo Saad, agradeceu a oportunidade de contribuir para o programa de infra-estruturas da SADC, apontando que as infra-estruturas transfronteiriças, nomeadamente os transportes, energia e água, têm o potencial para facilitar o comércio intra-regional e de investimento, bem como desbloquear vantagens comparativas nacionais e regionais.

"Há necessidade de concessões para investimentos do sector privado em infra-estrutura na região", disse ele.

Como exemplo, ele disse que Estados Membros da SADC poderiam considerar uma opção onde para cada dólar investido pelas empresas de mineração, os governos investissem uma fracção para a infra-estrutura nas respectivas áreas ou distritos.

A conferência foi realizada sob o tema "Acelerar o investimento de infra-estruturas por meio de financiamento sustentável e inovador", e contou com mais de 200 pessoas, incluindo funcionários do governo, representantes dos parceiros de cooperação, as instituições de financiamento do desenvolvimento e os investidores da região e internacionais. sardc.net. r

Líderes da SADC reúnem-se no Malawi na sua 33ª Cimeira

OS LÍDERES da SADC reúnem na capital do Malawi, Lilongwe, em Agosto na sua 33ª Cimeira anual de Chefes de Estado e de Governo.

Cimeira deverá receber um relatório sobre a agenda regional de integração económica do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional.

Espera-se que relatório destaque a situação da proposta de um quadro para a União Aduaneira da SADC e os progressos para o estabelecimento da Área de Comércio Livre Tripartida, especialmente os trabalhos preparatórios para facilitar as negociações entre o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

O Grupo de Trabalho Interministerial informou a Cimeira no ano passado que alguns progressos foram feitos no desenvolvimento dos parâmetros e valores de referência para uma união aduaneira modelo para a região e sobre o calendário de actividades conducentes ao lançamento da união aduaneira.

O objectivo global da agenda de integração económica regional da SADC é facilitar o comércio e a liberalização financeira, o desenvolvimento industrial competitivo e diversificado e o aumento do investimento através da criação de um Mercado Comum da SADC.

A Cimeira vai rever os progressos na implementação de um programa regional de desenvolvimento de infra-estruturas com um custo estimado em 64 biliões de dólares norte-americanos ao longo dos próximos cinco anos.

Neste sentido, espera-se que os líderes avaliem o progresso em direcção a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, um mecanismo financeiro destinado a mobilizar recursos dos Estados-Membros, do sector privado e parceiros de

desenvolvimento para financiar programas e projectos

destinados a aprofundar a integração regional. Uma das principais prioridades do fundo proposto será o financiamento de infra-estruturas na região.

A situação de segurança alimentar na África Austral deverá figurar na agenda da Cimeira numa altura em que a região estima ter uma produção de cereais relativamente maior este ano em comparação com a época 2011/12.

As estatísticas mostram que a produção global de cereais na região da SADC está projectada em 33,7 milhões de toneladas para a época 2012/13, uma cifra ligeiramente acima dos 32,6 milhões de toneladas registadas na época anterior.

Espera-se também que os líderes da SADC possam discutir uma posição regional comum antes da 19ª Conferência das Partes (COP19) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que será realizada em Novembro, na Polónia.

O presidente do Órgão da SADC de Política, Defesa e Segurança, Presidente tanzaniano Jakaya Kikwete apresentará um relatório sobre a situação política na região.

O relatório inclui os esforços da SADC em restituir a normalidade constitucional no Madagáscar na sequência de um golpe de Estado de 2009, que viu o ex-disc jockey Andry Rajoelina a remover inconstitucionalmente o ex-presidente Marc Ravalomanana do poder com o apoio do exército.

O Madagáscar está suspenso da SADC. A Cimeira vai também receber um relatório sobre as eleições harmonizadas realizadas no Zimbabwe, em Julho.

A Presidente do Malawi, Joyce Banda, vai assumir a presidência rotativa da SADC, actualmente exercida pelo Presidente Armando Guebuza de Moçambique. r



Revisão do RISDP recomenda realinhamento de protocolos

UMA REVISÃO independente do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) recomendou uma revisão da maioria dos protocolos da SADC, alinhando-as com os novos desafios e questões emergentes que afetam a integração regional.

A revisão intercalar independente realizada pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Negócios (comércios), sediado no Zimbábue, constatou que apesar dos vários desafios que vão desde recursos financeiros e técnicos limitados, volatilidades da economia global e a crise, a região da SADC tem feito progressos significativos na implementação do RISDP na maioria das áreas temáticas.

Os Estados Membros da SADC assinaram 27 protocolos e uma série de declarações, cartas e memorandos de entendimento sobre vários assuntos, que vão desde o comércio, mineração e finanças e investimento para o combate a drogas, florestas e gestão de recursos hídricos partilhados.

A maioria dos 27 protocolos foi ratificada e estão em vigor. No entanto, as fases finais de implementação dessas leis regionais são os maiores desafiantes uma vez que isto requer uma acção de nível nacional para "domesticar" as leis e iniciar a sua implementação.

Notou-se que este processo não tem um roteiro que permita uma abordagem sistemática para implementação de protocolos, tanto a nível regional e nacional.

A análise observou que a maioria dos protocolos que antecederam o RISDP não foi revista para incluir temas novos e emergentes. Foi notado que uma das deficiências da maioria dos protocolos existentes é o acto de possuírem obrigações que não são nem vinculativa nem obrigatórias.

"A maioria dos protocolos não têm obrigações, mas princípios... Nos casos em que as obrigações são claras, são imensuráveis, irrealista e inatingível e não tem prazos", indicou a revisão.

Alguns protocolos precisam de ser revistos, para agregar valor e ter em conta as necessidades dos povos da região".

"Por exemplo, o Protocolo Comercial da SADC e o Protocolo sobre Finanças e Investimento não aborda a questão da criação de emprego nem promove o diálogo social com os movimentos trabalhistas", refere a revisão.

A revisão independente também observou que houve desafios nos mecanismos de implementação e coordenação, nomeadamente o não funcionamento dos comités nacionais da SADC e a ausência de uma plataforma de engajamento político entre o Secretariado da SADC e os actores não-estatais, como grupos regionais de reflexão, sector privado e organizações não-governamentais.

As Comissões Nacionais da SADC não são funcionais na maioria dos Estados-membros, um desenvolvimento que cria uma fraqueza crítica na supervisão em termos de formulação, domesticação, implementação, monitoria e avaliação de políticas regionais.

A revisão estabeleceu que as comissões estão apenas funcionais em quatro Estados-Membros e existem no papel em sete outros países. Três outros Estados-Membros não têm comités nacionais.

Além disso, a revisão lamentou a ausência de uma instituição regional independente para supervisionar todo o programa de integração. Isto significa que várias metas do RISDP não foram cumpridas ou não foram implementadas.

Outra recomendação fundamental feita pela equipe

de avaliação é que a SADC deve ampliar a participação e conduzir o envolvimento de mais pessoas. A revisão apelou a criação de uma plataforma de engajamento político entre o Secretariado da SADC e os actores não-estatais.

Participação de todos os intervenientes na agenda de integração regional está prevista no Tratado da SADC, mas a maioria dos Estados-Membros excluiu alguns actores não-estatais na formulação de protocolos, quer como membros das Comissões Nacionais da SADC ou na advocacia e campanhas de sensibilização.

O compromisso existente entre o Secretariado e os actores não estatais é na base de programa por programa e actividade por actividade, sem qualquer colaboração estratégica clara e objetivos específicos a serem alcançados.

As conclusões da revisão intermédia do RISDP foram apresentadas durante um seminário de validação, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em Julho.

Um roteiro foi acordado para o processo de revisão do RISDP (ver tabela), que culminará com a submissão da versão final do documento revisto a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto de 2014.

Um grupo de trabalho multisectorial, incluindo representantes do Secretariado da SADC, dos Estados Membros e actores não estatais, deverá ser formado este ano para implementar as recomendações da equipe de avaliação independente.

O grupo de trabalho irá formular novas prioridades para orientar a agenda de integração regional em função das metas do RISDP.

Está prevista uma série de reuniões de fragmentação entre Março e Maio de 2014 para validar novas prioridades a serem desenvolvidas pelo grupo de trabalho.

Sendo um plano de desenvolvimento de 15 anos para a África Austral, espera-se que o RISDP seja implementado até 2020. r

Roteiro para a Cimeira de Revisão do RISDP em 2014

Actividade	Prazo
Submissão do relatório final pelos consultores independentes	9 de Agosto
Submissão do relatório do Relatório de Progresso pelo Secretariado da SADC e Consultas ao Conselho de Ministros	Agosto
Formação do grupo de trabalho multisectorial para finalizar o processo	Setembro
Elaboração de um Relatório síntese, pelo grupo de trabalho, sobre as principais recomendações e prioridades	Setembro de 2013-Fevereiro de 2014
Reuniões sectoriais para validar as novas recomendações e prioridades propostas	Março - Maio de 2014
Reuniões para a consolidação das contribuições sectoriais e desenvolvimento da estratégia de implementação das restantes metas do RISDP	Final de Junho de 2014
Apresentação final das recomendações e prioridades revistas do RISDP para submissão à Cimeira para aprovação.	Agosto de 2014

Negociações comerciais SADC-UE iniciam em Setembro

NEGOCIAÇÃO ECONÓMICAS e comerciais entre a SADC e a União Europeia vão iniciar em Setembro para analisar questões pendentes que ainda impedem a conclusão de um acordo económico entre as duas partes.

O Comissário Europeu do Comércio, Karel De Gucht, disse durante uma visita ao Botswana, em Julho, que os negociadores dos dois lados vão se reunir para uma "sessão alargada" uma vez que as duas partes procuram desbloquear o impasse sobre as negociações do Acordo de Parceria Económica (APE).

"Nós concordamos em organizar uma nova rodada de negociações em Setembro. Espero que esta será a última ronda em que podemos resolver as questões pendentes", disse De Gucht, após uma reunião com o Vice-Presidente do Botswana, Ponatshego Kedikilwe, e com o Ministro da Indústria e Comércio, Dorcas Makgato-Malesu.

O Botswana detém a presidência no grupo negocial da SADC do APE, que inclui também Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e República Unida da Tanzânia.

A UE fixou Outubro de 2014 como o prazo para a conclusão das negociações com os Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que ainda não assinaram os APE com o bloco europeu.

Os APE proporcionam o acesso com isenção de direitos e de quotas ao mercado da UE para os produtos dos países ACP, que, por sua vez, são obrigado a abrir gradualmente os seus mercados para os mercados europeus ao longo de um período de 15 anos.

As negociações dos APE na África Austral foram fragmentadas, com alguns Estados-Membros a negociarem integrados no grupo dos Estados da África Oriental e Austral (ESA).

Cinco Estados-Membros da SADC, que fazem parte do

grupo ESA - Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe - já chegaram a um acordo com a UE. Os outros membros do ESA são as Comores, Djibuti, Etiópia, Eritreia, Sudão e Seychelles.

A República Democrática do Congo está negociando na Comunidade Económica dos Estados Africano Central (CEMAC).

Várias questões têm paralisado as negociações, incluindo a forma para embarcar em acordos

Corredor Norte-Sul ganha forma

por Kizito Sikuka

PLANOS PARA destravar o potencial económico dos países sem litoral no leste e sul da África estão tomando forma com vários projectos transfronteiriços sendo implementadas ao longo do Corredor Norte-Sul para promover o movimento de pessoas e mercadorias na região.

O Corredor Norte-Sul (NSC) se estende por oito países da África Oriental e Austral, nomeadamente Botswana, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Iniciado em 2009 pelo Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e SADC, o Corredor Norte-Sul é um programa de Ajuda para o Comércio que tem como objectivo melhorar a infraestrutura e aumentar o comércio intra-regional, reduzindo a custo do comércio transfronteiriço.

Mais de 1.200 milhões dólares norte-americanos foram mobilizados como financiamento inicial para implementar o projeto NSC, que



comerciais complexos e numerosos da África Austral, mantendo a coerência na região.

Outros desafios são como lidar com serviços, investimentos e outras questões

relacionadas com o comércio, tais como regras de origem, bem como algumas disposições do texto provisório dos APE que parecem favorecer uma parte em detrimento da outra. r

foi identificado como o mais extenso corredor na região, ligando o maior número de países na África Oriental e Austral.

Ele interliga-se a outros corredores, incluindo os corredores Trans-Kalahari, Beira, Lobito, Dar es Salaam e Nacala.

Este corredor é fundamental para o comércio e integração regional, porque a África do Sul é o maior parceiro comercial Africano para a maioria dos países da região e o porto de Durban abarca uma parcela significativa do tráfego de trânsito para os países sem acesso ao mar.

Os programas planeados incluem a construção de mais de 8.000 quilómetros de estradas, reabilitação de 600 km de via-férrea e modernização do porto de Dar es Salaam, na Tanzânia - um dos maiores e mais movimentados portos da África.

Outras iniciativas incluem o aumento da produção de energia e potencial de comercialização de energia na região, com a produção de nova energia e investimentos nas linhas de transmissão.

Os projectos prioritários de produção e transmissão de energia são a construção da interligação Zâmbia,

Tanzânia, Quênia e a interligação entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo (RDC).

Uma das conquistas históricas do programa NSC foi o lançamento do primeiro posto fronteiriço africano de paragem única em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, em Novembro de 2009.

No âmbito de posto fronteiriço de paragem única, os viajantes são sujeitos apenas uma vez a formalizarem os procedimentos alfandegários ao contrário do actual cenário em que são submetidos ao processo de formalidades aduaneiras em ambos os lados.

Isso reduziu o tempo de compensação, e melhorou o movimento de bens, serviços e pessoas através da fronteira.

Os projectos NSC em fase de conclusão em vários países incluem a construção da estrada Lusaka-Chirundu, com o posto fronteiriço de paragem única em Chirundu.

O outro grande projecto é balsa de Kafue que está sendo construída na única ponte sobre o rio Kafue e que poderá melhorar o tráfego comercial entre a cintura de cobre da Zâmbia e a República Democrática do Congo, bem como outros portos do sul. r

Aprovado Programa de Infra-estruturas África 50

INSTITUIÇÕES DE desenvolvimento da SADC e outras aprovaram um fundo inovador Africano para facilitar a mobilização de recursos em larga escala e desbloquear o financiamento privado internacional para projectos de infra-estruturas no continente.

Chefes da Comissão da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e as Instituições Económicas e Financeiras relevantes prometeram, durante uma reunião realizada na Tunísia, em Julho, trabalhar em conjunto para garantir o êxito do Fundo África50, promovido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para colmatar o défice de infra-estruturas no continente.

Além da Comissão da UA e do BAD, a reunião contou com a presença de representantes da Comissão Económica para a África (ECA), NEPAD, SADC, Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Comunidade Económica dos Estados da África Central, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, União do Magrebe Árabe e do Banco de

Desenvolvimento da África Austral (DBSA).

"Nós, Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma, Presidente da Comissão da União Africana (AUC), Dr. Carlos Lopes, Secretário Executivo da ECA, Dr. Donald Kaberuka, Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Comunidades Económicas Regionais (CER), Instituições Financeiras Regionais de Desenvolvimento (IFD) e Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD, decidimos prosseguir com a nossa cooperação em busca de maneiras novas e inovadoras para ampliação substancial dos investimentos em infra-estrutura regional e continental para apoiar a transformação da África", refere um comunicado divulgado no final da reunião.

As entidades acima indicadas elogiaram a iniciativa como "um veículo essencial para assegurar que a visão e os objectivos da Agenda 2063 de projectos regionais de infra-estrutura de transformação de África sejam alcançados."

Dlamini-Zuma enfatizou o papel crítico das infra-estruturas para a integração efectiva, observando que a Agenda de África 2063 só poderia ser alcançada se os países do continente estiverem interligados.

"Podemos integrar economicamente o continente somente quando estivermos integrados fisicamente."

O Fundo África50 será inovador na sua concepção e estrutura, alavancando recursos de financiamento de infra-estrutura das reservas bancárias da África Central, fundos de pensão, fundos soberanos, diáspora Africana e indivíduos de alta renda no continente.

Isto significa que as CER africanas serão capazes de utilizar os recursos de

instituições financeiras nacionais e particulares no continente e na diáspora Africana para financiar infra-estruturas transfronteiriças sem se preocupar com questões de equidade.

Uma das propostas que estão sendo consideradas é a introdução de uma ligação de infra-estruturas Africanas para que os bancos nacionais centrais sejam convidados a contribuir com uma certa percentagem das reservas.

Segundo o BAD, os bancos centrais africanos detêm juntos cerca de 500 bilhões de dólares de reservas, alguns dos quais são investidos em instrumentos de rendimento ultra-seguros.

As contas de referência do Tesouro dos Estados Unidos para 10 anos estão actualmente atraindo cerca de 1,4 por cento de juros e o proposto Fundo África50 terá como alvo oferecer um melhor retorno.

De acordo com a Cimeira Global da Diáspora Africana, realizada na África do Sul, em 2012, uma outra fonte inexplorada de recursos financeiros para projectos de desenvolvimento no continente é a diáspora Africana.

Estima-se que o continente precisaria de cerca de 100 bilhões dólares anuais de investimento durante a próxima década para fechar a lacuna de infra-estruturas que têm dificultado os esforços de uma integração regional mais profunda.

De acordo com o Fundo, a Comissão da UA deverá liderar uma grande campanha de advocacia regional e internacional, com forte engajamento dos Chefes de Estado e de Governo. Isto é essencial para garantir o apoio do Fundo ao mais alto nível político no continente.

Espera-se a Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD possa garantir a dinâmica do Fundo durante a

próxima Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento programada para Senegal em Novembro, enquanto a ECA deverá contribuir para o reforço das capacidades das CER para realizar estudos, acompanhar e avaliar a implementação de projectos.

Por sua vez, as CERs concordaram em colaborar em acções financeiras, políticas e reguladoras necessárias para permitir o desenvolvimento dos projectos de infra-estruturas regionais.

O BAD vai fornecer assistência técnica para criar a estrutura do Fundo África 50, enquanto as instituições financeiras de desenvolvimento regionais, como DBSA, servirão para apoiar o Fundo a nível sub-regional, bem como a mobilização de recursos adicionais.

O Fundo, aprovado em Maio pelos Ministros das Finanças de África durante as Reuniões Anuais do BAD, em Marrakech, é uma nova iniciativa que fará parceria com instituições regionais para projectos de transformação.

O foco será infra-estruturas de transcontinental, incluindo projectos prioritários no âmbito do Programa da UA para o Desenvolvimento da Infra-estruturas em África (PIDA).

O Plano Director Regional de Infra-estruturas da SADC aprovado na Cimeira de 2012 está em consonância com o PIDA e constitui um contributo essencial para a proposta Área tripartida de Livre Comércio composta pela SADC, COMESA e EAC.

O plano director SADC vai orientar a implementação de redes coordenadas e integradas, eficientes de infra-estruturas transfronteiriças nos seus sectores prioritários da energia, transportes, turismo, tecnologia da informação, meteorologia e água. r





África Austral acolhe conferência sobre desertificação

por Neto Nengomasha

A **NAMÍBIA** vai acolher uma conferência internacional em Setembro para discutir a degradação da terra e a desertificação.

A 11ª Conferência das Partes (COP11) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) terá lugar de 16-27 Setembro em Windhoek, Namíbia.

A ser realizada sob o tema "A UNCCD mais forte para uma Degradação Neutra da Terra no Mundo", a conferência vai avaliar os progressos realizados na implementação da estratégia de 10 anos da Convenção (2008-2018) e desenvolver um caminho a seguir para os próximos cinco anos.

Os delegados vão discutir medidas para reduzir a degradação da terra e diminuir o ritmo crescente da desertificação, bem como aliviar os desafios de pessoas que vivem em terras secas por meio de soluções que restauram a produtividade do solo.

Na estratégia de 10 anos, os governos se comprometeram com escalonamento de processos nacionais, regionais e globais para reduzir a degradação do solo e diminuir a desertificação.

Entre outras questões, as partes da UNCCD concordaram em apresentar regularmente relatórios sobre os esforços nacionais para conter a degradação da terra e a desertificação, bem como criar uma Facilidade Global do Ambiente em 2018 para mobilizar fundos para programas e projectos no âmbito da Convenção.

Além disso, a COP11 sessões irão reflectir sobre o financiamento, a intermediação do conhecimento e a visão UNCCD após Rio +20 no tocante a degradação do solo, a desertificação e a seca, considerado um dos sucessos

da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012.

De acordo com o Documento Final da Rio +20, os governos sublinharam a importância económica e social da boa gestão do território, incluindo o solo.

Líderes mundiais concordaram em lutar por uma degradação neutra da terra no mundo e reafirmaram o seu compromisso de realizar uma acção coordenada a nível nacional, regional e internacional para monitorar a degradação do solo e restauração de áreas degradadas nas zonas áridas, semi-áridas e secas.

A conferência tem muito significado para a África Austral, onde a terra é um recurso essencial, cobrindo uma área total de quase 10 milhões de quilómetros quadrados, dos quais menos de 25 por cento é arável.

Terras aráveis e domesticadas da região são usadas para a agricultura, silvicultura, áreas húmidas e de conservação da vida selvagem e assentamentos humanos.

A produção agrícola representa a forma mais dominante do uso da terra. No entanto, devido a factores como a baixa fertilidade do solo e regime de chuvas irregulares, cerca de cinco por cento da África Austral está sob lavoura permanente.

Pastagens, cobrindo 45 por cento da área total da região, e as florestas estão diminuindo devido a pressões de terra resultantes do crescimento da população, posse da terra e regimes de propriedade e uso limitado de tecnologias apropriadas para a produção intensiva.

A erosão do solo é a forma mais comum de degradação do solo, o que representa uma quantidade substancial de degradação da região.

A degradação do solo causada pela erosão vai continuar devido à pressão da população, aos sistemas distorcidos de posse da terra e ao aumento da demanda por terra.

Pastoreio comunal é comum na maior parte rural da África Austral e é responsável por mais de 50 por cento da degradação das terras na região, devido ao excesso de pastoreio de bovinos, ovinos e caprinos, alguns dos quais são criados em áreas impróprias para pastagem.

A degradação do solo tem um elevado custo para a sociedade. Os vários hectares de terra perdidos anualmente na região e globalmente tem o potencial de produzir vários milhões de toneladas de cereais de alimentos que minimizariam a crescente insegurança alimentar e aliviariam a fome.

A decisão acolher a conferência na Namíbia foi tomada na 11ª Sessão do Comité de Revisão da convenção da

UNCCD realizada em Bona, Alemanha, em Abril deste ano.

O Ministro namibiano do Meio Ambiente e Turismo, Uahekua Herunga disse que a reunião de avaliação tinha dado Namíbia e ao resto da África Austral a oportunidade de apresentar a sua capacidade de sediar COP11 e dar um breve resumo do que a região tem para oferecer.

"Acho que é extremamente oportuno para a Namíbia, perante as ameaças de desertificação, acolher esta conferência, pois isso solidifica ainda mais o nosso compromisso para enfrentar as ameaças e os desafios da degradação da terra", disse Herunga.

A Namíbia vai assumir a Presidência da UNCCD durante a conferência, permitindo-lhe conduzir o processo global em direcção a COP12 que será realizada em 2015.

O mandato de dois anos, como presidente, constituirá uma oportunidade impar para a África Austral impulsionar a agenda global sobre as questões da desertificação, degradação dos solos e seca.

A conferência vai atrair cerca de 3.000 delegados, incluindo chefes de Estado e de Governo, ministros e especialistas ambientais dos 195 membros da UNCCD.

Todos os 15 Estados Membros da SADC são partes da UNCCD como todos eles assinaram e ratificaram a convenção.

Fundada em 1994, a UNCCD é o único acordo internacional juridicamente vinculativo que liga o ambiente e o desenvolvimento à gestão sustentável da terra.

Esta será a segunda grande conferência das Nações Unidas a ser realizada pela SADC após a 20ª Sessão Ordinária da Organização Mundial do Turismo (OMT), a ser organizada conjuntamente pela Zâmbia e Zimbabwe, em Agosto. r



A construção da Grande Barragem de Inga inicia em 2015

A CONSTRUÇÃO da tão esperada central hidroeléctrica de Inga, na República Democrática do Congo, está prevista para começar em Outubro de 2015.

O projeto Inga tem a capacidade de produzir mais de 40 mil megawatts (MW) de eletricidade, o suficiente para atender a maior parte das necessidades de energia da região da SADC.

A República Democrática do Congo e a África do Sul estão a implementar o projeto de energia em conjunto com outros parceiros de cooperação.

Inicialmente, a construção da central hidroeléctrica estava a ser implementada através de uma abordagem de desenvolvimento regional que envolve outros cinco países da SADC, nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, Suazilândia e África do Sul, no âmbito do projeto de Corredor de Energia Ocidental (WESTCOR).

No entanto, devido a vários desafios, o projeto WESTCOR não se materializou.

A República Democrática do Congo e a África do Sul anunciaram numa recente reunião que "a primeira pedra" da central será lançada em Outubro de 2015.

A construção será feita em diferentes fases. A primeira fase envolverá a construção de uma central designada Inga 3, que terá uma capacidade de 1.800 MW e não requer o represamento do rio Congo.

A fase seguinte - chamada Inga 3 - irá adicionar um adicional de 3.000 MW e envolve a construção da Grande Barragem de Inga.

Outras cinco centrais hidroeléctricas serão construídas na mesma barragem, elevando a sua capacidade acumulada para cerca de 40.000 MW.

Quando concluído, a Grande Barragem de Inga poderá superar o Projecto hidroeléctrico das Três Gargantas da China

considerado o maior projecto hidroeléctrico do mundo.

O financiamento para o projecto da Grande Barragem de Inga é proveniente de uma série de investidores que incluem o Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Agência Francesa de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento da África Austral. r

SAPP avalia propostas para o projecto de transmissão ZiZaBoNa

O DESENVOLVIMENTO de uma linha transmissão de energia elétrica de interligação que liga Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia poderá em breve tornar-se realidade após o convite de investidores para avançarem propostas para a construção da linha de transmissão.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas de electricidade na região, concluiu o processo de licitação em Maio e vários investidores manifestaram interesse em desenvolver a linha de interligação e transmissão de energia eléctrica.

Vulgarmente conhecido por ZiZaBoNa, o projecto de interligação de transmissão tem a capacidade de aumentar o poder de negociação entre os utilizários participantes, bem como fornecer uma rota alternativa para descongestionar o corredor central de transmissão existente que atravessa Zimbabwe.

Angola planeia aumentar a produção de energia

ANGOLA PLANEIA aumentar sua capacidade de produção de energia eléctrica dos actuais 1.200 Megawatts (MW) para 8.400 MW em 2025.

Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que o objectivo é duplicar



O projeto ZiZaBoNa é um exemplo de cooperação e integração regional, e sua conclusão poderá garantir que a maioria dos países da SADC seja capaz de compartilhar a energia excedente.

Ao abrigo de um acordo ZiZaBoNa assinado em 2008, as respectivas concessionárias de energia dos quatro dos países - Autoridade de Fornecimento de Electricidade do Zimbabwe (ZESA), A Corporação de Fornecimento de Energia da Zâmbia (ZESCO), a Corporação de Fornecimento de Energia do Botswana (BPC) e a Companhia de Electricidade da Namíbia (NamPower) - poderão vir a financiar parte do projecto que se enquadra dentro das suas fronteiras nacionais.

A capacidade de transmissão inicial de interligação será de 300 megawatts (MW), que serão posteriormente aumentados para 600 MW.

O projecto está a ser implementado em duas fases. A primeira fase irá abranger a construção de 120 km de linha de

330 quilovolts da Central Eléctrica de Hwange para Victoria Falls, onde uma estação de comutação será construída no lado do Zimbabwe. A linha vai estender-se a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolverá a construção de uma linha de 330kV com 300 km de Livingstone a Katima Mulilo na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.

Para a interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, ela irá funcionar como uma linha de 330kV, durante a primeira fase.

Quando estiver plenamente operacional, a interligação ZiZaBoNa vai, entre outras coisas, tornar possível para NamPower, da Namíbia, importar energia directamente de Hwange, no Zimbabwe.

Actualmente electricidade da central de Hwange é encaminhada para a Namíbia através da África do Sul. r



Cimeira Mundial de Turismo

Todos os olhos sobre a África

por Kizito Sikuka

ÁFRICA AUSTRAL será o foco global em Agosto deste ano uma vez que a Zâmbia e o Zimbabwe serão anfitriãs da primeira Cimeira Internacional de Turismo a ser realizada em solo regional.

A 20ª Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), prevista para 24-29 Agosto, será realizada conjuntamente em Livingstone e em Victoria Falls.

O evento vai marcar a terceira vez que a África acolhe a Cimeira Global de Turismo depois do Egipto e Senegal terem acolhido em 1995 e 2007, respectivamente.

De acordo com a OMT, são esperados mais de 2.000 delegados de 180 países membros para participar da assembleia, oferecendo a Zâmbia e ao Zimbabwe, bem como ao resto da região da SADC, uma oportunidade de comercializar os seus inúmeros atractivos turísticos.

O turismo é um dos principais motores do desenvolvimento socioeconómico da região

devido aos seus fortes efeitos multiplicadores.

Como resultado, os países da SADC estão determinados a aproveitar a Cimeira para acelerar o crescimento da indústria do turismo na região.

Várias iniciativas serão implementadas pelos Estados-Membros durante o evento do turismo global, incluindo a remoção de vistos para turistas que querem visitar mais de um país da SADC.

Embora as modalidades ainda estejam a ser finalizadas pelos Estados-Membros sobre como implementar efectivamente o sistema UNIVISA, vários países da região já começaram a remoção de exigência de visto para os delegados e visitantes da região.

Como anfitriões conjuntos, Zâmbia e Zimbabwe vão adoptar um sistema de fronteiras abertas e sem taxas de visto para os delegados à assembleia geral.

Este desenvolvimento não só irá garantir o sucesso a cimeira de turismo, mas também permitir o movimento suave de delegados entre os dois países.

Outras iniciativas levada a cabo por países da SADC incluem comercialização conjunta das suas atracções, apresentando aos potenciais turistas uma ampla gama de oportunidades e experiências.

Essa cooperação vai garantir que os turistas e os delegados a Cimeira tenham uma visão ampla daquilo que SADC tem para oferecer.

A região dispõe de várias atracções, como o Victoria Falls entre a Zâmbia e o Zimbabwe, as pinturas rupestres em San, Botswana, e bem como a população selvagem de absorção na região.

Esta alta concentração de atracções poderá criar uma variedade totalmente nova de oportunidades de turismo na África Austral, apresentando novas oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico da região, contribuindo para uma maior integração entre os Estados-Membros.

"Para a maioria de nós, isso não é apenas um evento. É, antes, uma tentativa impecável para a Zâmbia e o Zimbabwe enriquecerem a percepção positiva sobre o sector de turismo da África Austral", disse o funcionário do Conselho de Executivo Turismo Moçambique, Hiane Abacar.

"Isso exemplifica como a região pode trabalhar unida como um único destino turístico regional para realizar uma visão comum e compartilhada".

Companhias aéreas regionais já estão trabalhando juntas para colher o máximo de benefícios a partir do cimeira, criando vínculos, com alguns a criarem voos regulares para a Zâmbia e o Zimbabwe, bem como para outros países vizinhos.

Companhias aéreas que lançaram voos para Zâmbia e Zimbabwe incluem Air Namibia e Air Botswana, enquanto o SAA, da África do Sul, aumentou voos para esses e outros países.

Tais desenvolvimentos irão aumentar as chegadas de turistas, e de acordo com o diretor regional da OMT para África, Osman Ndiaye, "também permitem a África aumentar a sua quota de mercado".

"Actualmente a África tem apenas cerca de seis por cento do mercado global de turismo e nós estamos esperando aproveitar a Cimeira para aumentar a percentagem de dois dígitos no ano de 2020", disse ele.



Austral



A Ministra Zambiana de Turismo e das Artes, Sylvia Masebo, disse que o evento está a estimular o desenvolvimento de infra-estrutura nos dois países. Por exemplo, a cidade de Livingstone, na Zâmbia, tem assistido a reabilitação de estradas, mercados comerciais, estações de comboios, iluminação pública, e de instalações de fronteiras e aeroportuárias.

O seu homólogo Zimbabweano, Walter Mzembi, concordou apelando ao sector privado a unir as suas forças com os governos para garantir que o evento seja um grande sucesso.

Ele disse que a Cimeira Mundial do Turismo mundial iria apresentar enormes benefícios para empresas parceiras dos governos.

"Ao apoiar a conferência, o mundo corporativo pode melhorar a reputação de Victoria Falls como uma cidade verde e para a sustentabilidade no turismo. O mundo corporativo será reconhecido pelo seu apoio ao evento", disse ele.

Ele apelou a todos os países da SADC para "proteger este evento", observando que, a

semelhança da Copa do Mundo de Futebol de 2010, realizada na África do Sul, a Cimeira do Turismo tem o potencial para aumentar as chegadas de turistas e provocar enormes ganhos socioeconómicos para a região.

"A SADC deve assumir o desafio", disse ele, acrescentando que a Zâmbia, Zimbabwe e o resto da região têm uma escolha de fazer desta cimeira turismo "mais um seminário comum ou apenas uma conferência internacional de turismo. A escolha é nossa."

A assembleia geral é realizada a cada dois anos num sistema de rotação entre os Estados-Membros da OMT. A última assembleia geral de correu na Coreia do Sul em 2011.

A OMT é a agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo sustentável e universalmente acessível.

A OMT promove o turismo como motor do crescimento económico, desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade ambiental e oferece liderança e apoio ao sector do turismo no avanço do conhecimento e políticas de turismo em todo o mundo. r

Países da África Austral apoiam as Seychelles para assento executivo na OMT

VÁRIOS PAÍSES da África Austral estão apoiando as Seychelles para assumir o assento no Comité Executivo Organização Mundial do Turismo.

As eleições para o Comité Executivo da OMT decorrerão Cimeira Mundial do Turismo que será realizada na Zâmbia e Zimbabwe, em Agosto.

Os países da SADC que estão apoiando as Seychelles incluem a África do Sul, Madagáscar, Zâmbia e Zimbabwe.

O Ministro do Turismo e Cultura das Seychelles, Alain St. Ange, saudou o apoio, dizendo



que o seu país está pronto para servir a África.

"Somos um arquipélago que depende do turismo, o pilar da nossa economia para as nossas ilhas é o turismo. Para que a nossa indústria continue a crescer e a se consolidar,

precisamos de nossa região, precisamos de África, de ser mais visto e de ser mais reconhecidos como o novo destino de oferta potencial inigualável para os viajantes mais exigentes", disse ele. r

Carnaval de Turismo de mercado para Agosto

ZIMBABWE VAI acolher uma feira de turismo em Victoria Falls para os delegados da Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo em Agosto.

O Chefe do Executivo da Autoridade de Turismo do Zimbabwe, Karikoga Kaseke, anunciou que o carnaval será realizado no dia 23 de Agosto.

O carnaval segue-se a realização bem sucedida de um evento semelhante, em Harare, no início deste ano.

"A maioria dos artistas locais que participaram no carnaval de Harare já confirmaram a sua participação enquanto ainda estamos à espera da resposta de artistas internacionais", disse ele.

O carnaval é um período de folia pública, festas e festividades em torno de um tema comum.

Os carnavais oferecem uma oportunidade para aprofundar os aspectos coloridos das culturas locais, com pessoas capazes de

provar os alimentos locais, música e performances artísticas relacionadas.

O Zimbabwe e a Zâmbia vão acolher conjuntamente a 20ª Sessão da Assembleia Geral da OMT de 24-29 de Agosto, em Victoria Falls e Livingstone, respectivamente. r



SADC e Alemanha aprofundam Cooperação

A SADC e a Alemanha concordaram em estender sua cooperação para o desenvolvimento e assinaram um contrato estimado em 56.9 milhões de Euros para projectos de cooperação técnica e financeira bilateral.

Do valor acordado, 16.4 milhões de Euros destinam-se a cooperação técnica e 40.5 milhões para a cooperação financeira do Ministério Federal para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ).

O acordo foi alcançado nas negociações inter-governamentais que tiveram lugar em Julho, em Bona, Alemanha.

A equipe da SADC foi liderada pelo Secretário Executivo, Tomaz Augusto Salomão, enquanto a delegação da República Federal da Alemanha foi chefiada por Ingolf Dietrich, chefe da divisão do BMZ na África Austral.

Todos os acordos de cooperação técnica serão implementados por cinco programas de apoio do GIZ a SADC, nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais; integração económica regional; gestão transfronteiriça dos recursos hídricos; fortalecimento das instituições da SADC e apoio na construção da paz, da segurança e da boa governação.

Conselheiros Regionais e Internacionais da GIZ trabalham em estreita colaboração com o Secretariado da SADC, em Gaborone, como facilitadores e coordenadores, gestores de programa e da promoção da integração regional.

Eles também trabalham em estreita colaboração com Estados Membros da SADC, com o sector privado, organizações não-governamentais e grupos de reflexão na região para construir a capacidade regional nas áreas prioritárias.

Na área de conservação de recursos naturais, a SADC e a Alemanha estão a implementar um projeto chamado Programa

de Protecção Transfronteiriça e Uso de Recursos Naturais: Gestão dos Recursos Naturais Transfronteiriços, que começou em 2012 e vai até 2015.

O programa apoia a implementação de protocolos e estratégias para a gestão sustentável dos recursos naturais por actores regionais e nacionais relevantes da SADC.

O BMZ encomendou a GIZ para facilitar a implementação de protocolos e estratégias da SADC a nível regional e nacional. Estes incluem o Protocolo relativo a aplicação da Lei de Protecção da Fauna Bravia, bem como o Protocolo sobre Florestas e estratégias para a biodiversidade e manejo florestal.

O Programa de Protecção Transfronteiriça e Uso de Recursos Naturais: Gestão dos Recursos Naturais Transfronteiriços tem três componentes:

- Implementação do Programa Regional da SADC para as Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCA);
- Apoio aos programas regionais da SADC para o manejo do fogo transfronteiriço e redução das emissões do Desmatamento e

Degradação Florestal (REDD), e

- Integração das alterações climáticas e conservação da biodiversidade em programas regionais e nacionais.

A primeira componente apoia a Direcção de Recursos da Agricultura, Alimentação e Naturais (FANR) na execução do programa da Área de Conservação transfronteiriça (TFCA). Padrões e formações conjuntas para as partes interessadas regionais e nacionais têm sido desenvolvidos e serão testados em três parques nacionais na região da SADC.

A segunda componente centra-se na coordenação eficaz e implementação de programas regionais de gestão do fogo transfronteiriça e REDD.

O Programa de Apoio à SADC sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) compromete os Estados-Membros, entre outras coisas, a coordenar as actividades inter e intra-sector e estimular a harmonização de políticas para os programas nacionais de REDD, bem como desenvolver sistemas de monitoria de florestas e emissões de carbono.

Também compromete os países da SADC para o

estabelecimento de emissão de referência e outras metas de REDD e criar um quadro regional comum sobre como implementar as actividades de REDD + nos ecossistemas florestais similares, incluindo aqueles cuja distribuição superam as fronteiras políticas.

A terceira componente do Programa financiado pela Alemanha na Protecção Transfronteiriça e Uso de Recursos Naturais faz um balanço da conjuntura internacional e ambiente das negociações e visa implementar instrumentos inovadores, tais como resistência às alterações climáticas ou valorização de ecossistemas em algumas TFCA's.

A Alemanha também é Chefe da cooperação internacional para o grupo temático de água da SADC e financiou um programa de gestão transfronteiriça da água para a região que abrange o período 2005-2015.

O programa tem procurado reforçar as capacidades humanas, institucionais e organizacionais do sector da água da SADC.

Entre as principais realizações do programa até à data incluem reforço da capacidade institucional e organizacional da Divisão de Águas da SADC, e o desenvolvimento de planos de gestão das bacias hidrográficas de todos os recursos hídricos integrados.

Alemanha tem apoiado a implementação da agenda de integração regional da SADC desde 1985. No total, existem cerca de 25 funcionários destacados e especialistas regionais e 20 trabalhadores de desenvolvimento que trabalham em Gaborone, apoiados por cerca de 40 funcionários nacionais.

Há também 18 voluntários implantados no país sob o programa Weltwärts, um programa de política de desenvolvimento para os voluntários lançado pelo Ministério Federal Alemão para Cooperação Económica e Desenvolvimento, em 2008. r

SADC e ASEAN Reforçam Cooperação

A SADC e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) concordaram em explorar formas de aprofundar a sua cooperação.

Isto seguiu-se uma visita ao Secretariado da ASEAN em Jacarta, na Indonésia, pelo Vice-Secretário Executivo da SADC, João Samuel Caholo, em Julho de 2013.

As duas instituições trocaram informações sobre os progressos nos seus esforços para aprofundar a integração regional.

A ASEAN é uma organização geopolítica e económica de 10 países localizados no Sudeste da Ásia. Trata-se do Brunei, Birmânia, Camboja, Laos, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname. r





Mugabe ganha 61% nas Eleições no Zimbabwe

O **PRESIDENTE** Robert Mugabe ganhou outro mandato para governar o Zimbabwe na sequência das eleições realizadas em 31 bacias hidrográficas de julho, que viu o seu partido ganhar mais do que maioria de dois terços na Assembleia Nacional.

Mugabe ganhou 61 por cento dos 3.410.767 votos expressos contra 34 por cento do seu mais próximo rival, Morgan Tsvangirai, do Movimento para a Mudança Democrática-Tsvangirai (MDC-T).

Welshman Ncube, da formação MDC, reuniu 2,7 por cento dos votos, e os outros dois candidatos juntos ganharam um por cento.

"Robert Gabriel Mugabe, do Partido ZANU-PF, é declarado Presidente eleito do Zimbabwe a partir de hoje, três de Agosto," disse a Presidente da Comissão Eleitoral do Zimbabwe (ZEC), a advogada Rita Makarau.

Mensagens de felicitações vieram de outros líderes africanos, incluindo os Presidentes do Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e República Unida da Tanzânia, que preside a Troika da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança.

O MDC-T, no entanto, rejeitou o resultado das eleições, alegando um processo de recenseamento eleitoral defeituoso, fraude eleitoral e intimidação de eleitores em algumas circunscrições rurais, dizendo que vai interpor um recurso eleitoral através dos tribunais, mas não vai participar nas estruturas governamentais.

A comissão eleitoral multipartidária foi composta por comissários nomeados por todos os principais partidos políticos, e os principais partidos tiveram seus agentes do partido em todas as assembleias de voto durante a votação e contagem.

Mais de 10 mil observadores nacionais e regionais foram espalhados por todo o país para todas as assembleias de voto e os observadores da União Africana estiveram no país desde que as eleições foram convocadas.

As eleições foram elogiadas e descritas como pacíficas e em conformidade com as normas e princípios regionais por observadores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), bem como do Fórum das Comissões Eleitorais da SADC, do Fórum Parlamentar da SADC, da União Africana (UA), entre outros.

O Chefe da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), Bernard Membe, disse que os partidos e candidatos puderam realizar livremente suas actividades políticas sem obstáculos antes da realização das eleições.

"O processo eleitoral foi marcado por uma atmosfera de paz e tolerância política. Os partidos políticos e os candidatos foram capazes de realizar livremente suas actividades políticas sem obstáculos", disse Membe, que é Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Unida da Tanzânia.

A SADC, que teve 573 observadores destacados para as 10 províncias administrativas no Zimbabwe, emitiu uma declaração provisória e deverá divulgar um relatório final no prazo de 30 dias após o anúncio dos resultados das eleições de acordo com os Princípios e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas da SADC.

A missão de observação da UA, liderada pelo ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo, concordou, dizendo que o processo de votação e contagem de votos ocorreu num ambiente de paz e tranquilidade.

"A eleição obedeceu um período de campanha pacífica pelo que a missão elogia a forma

pacífica como os cidadãos do Zimbabwe e os partidos políticos sempre transmitiram mensagens de paz e não-violência para os seus simpatizantes e público em geral. A votação foi realizada num clima desprovido de violência, assédio e distúrbios", diz parte da declaração preliminar da UA.

As missões da SADC e da UA, bem como observadores do Fórum das Comissões Eleitorais da SADC (ECF-SADC) exortaram a ZEC para resolver alguns dos desafios que acompanharam o processo eleitoral.

Estes incluíram a necessidade de limpeza da lista de eleitores, fortalecer a educação dos eleitores para as eleições harmonizadas, e garantir a cobertura imparcial da mídia e transparência na impressão dos boletins de voto.

De acordo com a contagem final dos resultados divulgados pela ZEC, a ZANU-PF ganhou 160 (76 por cento) dos 210 assentos electivos na Assembleia Nacional, dando-lhe mais de dois terços da maioria. O MDC-T tem 49 assentos (24 por cento).

Portanto, a ZANU PF tem a maior parte dos 60 lugares reservados às mulheres na Assembleia Nacional, com base na proporção de votos obtidos por cada partido político nas eleições locais, por província.

Este Sistema Eleitoral Misto é semelhante ao sistema utilizado na Tanzânia e Lesotho, mas é implementado por província, com seis mulheres eleitas por província.

As Mulheres ganharam 46 por cento dos assentos no Senado, usando representação proporcional com base em listas partidárias com nomes de homens e mulheres alternados, e uma mulher no topo de cada lista. *sardc.net*. r

Partido	Assembleia Nacional			Senado			
	Nº de Assentos	Nº de Assentos para Reservados Mulheres	Nº de Assentos de Mulheres Eleitas	% de Mulheres na Assembleia Nacional	Nº de Assentos	Nº de Assentos para Mulheres	% de Mulheres no Senado
Zanu-PF	160	37	18	20,4	37	22	27,5
MDC-T	49	21	7	10,4	20	12	15
MDC	0	2	0	0,7	3	3	3,8
Independente	1	-	-	-	-	-	-
Apartidários	-	-	-	-	20	-	-
TOTAL	210	60	25	31,5	80	37	46,3

Eleições na Swazilândia marcadas para Setembro

O **REI** Mswati III da Swazilândia anunciou que as eleições legislativas serão realizadas a 20 de Setembro.

O sistema de governo baseia-se no sistema de "Tinkhundla", que é o nome Swazi para um círculo.

Sob esse sistema, os candidatos na eleição parlamentar são finalistas os eleitos nas suas tribos, e um total de 55 parlamentares são eleitos através deste processo. O Rei nomeia mais 10, elevando o número total para 65.

Os membros do Senado de 30 assentos também são nomeados, com o rei a indicar 20, enquanto os restantes 10 são seleccionados pela Assembleia da República. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo rei.

Em todos estes processos, a participação é por um indivíduo e não por um partido político. r





SADC apela para a calendarização de eleições no Madagáscar

SADC APELOU ao Madagáscar para desenvolver um novo calendário eleitoral que irá garantir que as eleições sejam urgentemente realizada naquele País do Oceano Índico.

O Órgão da SADC sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança acordou durante uma Cimeira Extraordinária realizada em Pretória, África do Sul, em Julho, que a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENIT) deve "chegar a um novo calendário eleitoral, a fim de permitir que o processo eleitoral inicie como uma questão de urgência".

As eleições presidenciais no Madagáscar foram adiadas várias vezes devido a uma disputa sobre quem deve concorrer.

A nação insular tinha programado para realizar suas eleições em Julho, para dar ao país um novo começo depois de quatro anos de crise constitucional.

No entanto, as disputas sobre os candidatos presidenciais afectou o processo eleitoral, e SADC já encarregou o CENIT para avançar com um novo roteiro, a fim de permitir que o processo eleitoral inicie como uma questão de urgência.

As disputas derivaram da recusa dos principais actores políticos em respeitar as decisões anteriores sobre as próximas eleições presidenciais.

Andry Rajoelina e Marc Ravalomanana - os dois principais rivais no cenário político de Madagáscar - tinham inicialmente acordado para não participariam nas eleições presidenciais de Julho para evitar qualquer repetição do tumulto que acompanhou o golpe de 2009.

No entanto, os dois têm desconsiderado os seus acordos, com Rajoelina ignorando um pedido SADC de não concorrer nas próximas eleições ao apresentar os seus documentos



de nomeação junto a Justiça Eleitoral Especial.

Ravalomanana apoiou a sua esposa, Lalao Ravalomanana, para concorrer nas próximas eleições.

A União Africana exigiu que Rajoelina, Lalao Ravalomanana e ao ex-Presidente Didier Ratsiraka para anunciar a retirada das suas candidaturas sob o risco de enfrentar sanções. Ratsiraka é um ex-presidente

malgaxe deposto do poder por Ravalomanana nm método semelhante ao utilizado por Rajoelina em 2009 para derrubar Ravalomanana.

Esta crise constitucional afectou o desenvolvimento socioeconómico, bem como a paz ea estabilidade em Madagáscar, onde a SADC lidera os esforços de mediação para tentar chegar a acordo sobre uma solução duradoura.

O ex-presidente moçambicano, Joaquim Chissano, é o mediador da SADC.

Embora a data exacta para as eleições presidenciais ainda esteja por ser anunciado, o CENIT disse que as votações seriam realizadas em Agosto. De acordo com as leis eleitorais de Madagáscar, se não houver vencedor absoluto, uma segunda volta deve ser realizada, no mínimo, um mês após as eleições. r

Crise humanitária preocupante na RDC

OS LÍDERES da África Austral têm alertado para a deterioração da situação humanitária no leste da República Democrática do Congo, onde a retomada dos combates deixaram milhares de pessoas desalojadas.

Num comunicado, após uma Cimeira Extraordinária de seu Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança, na África do Sul, a SADC apelou para a intervenção da comunidade internacional uma vez que a situação humanitária no leste da RDC deteriorou-se após confrontos entre as tropas do governo congolês e os rebeldes do movimento M23.

"A Cimeira notou a deterioração da situação humanitária no Leste da RDC após os últimos confrontos e pediu à comunidade internacional e todos os parceiros para ajudar a população em geral, que tem

sofrido com este conflito", disse o órgão liderado pelo presidente Jakaya Kikwete, da República Unida da Tanzânia, que tem uma longa fronteira com o leste da RDC.

Outros líderes que participaram da Cimeira foram o presidente Jacob Zuma da África do Sul, o presidente moçambicano, Armando Guebuza, e o chanceler da Namíbia, Netumbo Nditwah. Muitas das pessoas deslocadas no leste da RDC estão a ser abrigadas nas escolas.

As Nações Unidas afirmaram que cerca de um milhão de pessoas foram deslocadas na província de Kivu do Norte até o final de Junho.

As agências humanitárias também alertaram para uma grave crise alimentar na província, expressando preocupação de que algumas

das pessoas deslocadas são agricultores que não podem retornar para suas casas e embarcar em actividades agrícolas antes do início da época de sementeira, que começa em meados de Agosto.

A RDC deslizou na turbulência política no ano passado, quando os rebeldes anti-governo invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento de pessoas e a perda de vidas e bens.

Os rebeldes desde então ameaçaram marchar sobre Kinshasa, a capital do mais vasto e rico País em minerais.

Oito outros Estados Membros da SADC se comprometeram a enviar pessoal para ser implantado na RDC. Trata-se de Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. r

Monitor do Género da SADC 2013 Lançado na Cimeira

O **MONITOR do Género da SADC 2013** a ser lançado durante a 33ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Lilongwe, Malawi, em Agosto, olha para os progressos realizados pelos Estados-Membros em termos de representação e participação das mulheres nos processos políticos e nas estruturas de tomada de decisão, bem como os impedimentos para a participação de mulheres.

A igualdade de género está firmemente enraizada na agenda de integração regional da SADC e os Estados-Membros apoiam o princípio fundamental de que homens e mulheres devem ser igualmente envolvidos na tomada de decisões a todos os níveis e em todas as posições de liderança.

O **Monitor do Género da SADC 2013** dá especial atenção à governação, que é a parte 3 do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, e, especificamente, os artigos 12 e 13 sobre a Representação e Participação. Este instrumento é estratégico, pois vários Estados Membros da SADC estão se preparando para realizar eleições entre 2013 e 2015.

A última edição do Monitor de Género da SADC mostra que Estados Membros da SADC têm feito progressos no sentido de assegurar a igualdade de representação de homens e mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão a vários níveis do Governo e nas três instituições de Estado, que são o poder Legislativo (Parlamento), Executivo (Governo) e Judiciário (Tribunais), mas há muito por ser feito para atingir a meta de paridade de 50:50 até 2015.

Embora todos os Estados Membros da SADC mostram avanços significativos rumo à paridade de género em alguma parte do espectro de Governo, a meta de atingir 50 por cento de representação das mulheres

nas estruturas políticas e de tomada de decisão até 2015 continua a ser um grande desafio em todos os Estados-Membros.

Esta meta foi acordada pelos líderes da União Africana. Isso levou a uma decisão dos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira da SADC de 2005 realizada em Gaborone, Botswana, a actualizar a meta original de 30 por cento de representação e participação das mulheres na política e posições de tomada de decisão contida na Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento de 1997.

A meta de paridade de género de 50:50 é uma componente fundamental do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento assinado pelos Chefes de Estado e de Governo na 28ª Cimeira da SADC realizada em Joanesburgo, África do Sul, a 17 de Agosto de 2008.

Treze Estados Membros da SADC assinaram o protocolo,

excepto Botswana e as Maurícias.

- Onze Estados Membros da SADC ratificaram o Protocolo: Angola, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue.
- Por isso, o Protocolo entrou em vigor em conformidade com o artigo 41 do Protocolo que exige dois terços dos Estados Membros da SADC devem depositar os respectivos instrumentos de ratificação.
- Entre os signatários, só o Madagáscar que actualmente está suspenso, e a República Democrática do Congo, ainda não aderiram ao protocolo. r

Mlambo-Ngcuka assume cargo importante na ONU

A **ANTIGA** vice-Presidente sul-africana, Phumzile Mlambo-Ngcuka, foi nomeada pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, como o Directora Executivo da Entidade das Nações Unidas para o Género, Igualdade e Autonomia das Mulheres, vulgarmente conhecida por ONU-Mulheres.

Ela assume o posto em Agosto, em substituição Michelle Bachelet, ex-Presidente Chileno, que renunciou em Março para concorrer ao cargo novamente.

"Phumzile Mlambo-Ngcuka traz para este cargo uma vasta experiência na defesa de questões femininas com uma combinação de liderança estratégica, construção de consensos e experiência de gestão", disse Ban.

Mlambo-Ngcuka tornou-se membro do Parlamento após as primeiras eleições democráticas na África do Sul, em 1994, tornando-se vice Ministra do Departamento do Comércio e Indústria dois anos depois e Ministra da Energia em 1999.

Ela foi nomeada vice-presidente em 2005, o mais alto cargo ocupado por uma mulher na África do Sul, e permaneceu no cargo até 2008. r



PROTOKOLO DA SADC SOBRE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO PARTE TRÊS GOVERNAÇÃO

ARTIGO 12 REPRESENTAÇÃO

1. Os Estados Partes deverão esforçar-se para que, até 2015, pelo menos 50% dos cargos decisórios nos sectores público e privado sejam ocupados por mulheres, incluindo, inter alia, o uso de medidas de acção afirmativa, tal como previsto no artigo 5º.

2. Os Estados Partes deverão assegurar o estabelecimento de todas as medidas legislativas e outras, a todos os níveis, acompanhadas de campanhas de sensibilização pública que demonstrem o vínculo vital entre a igual representação e participação de mulheres e homens em cargos decisórios e a democracia, a boa governação e cidadania.

ARTIGO 13 PARTICIPAÇÃO

1. Os Estados Partes deverão adoptar medidas legislativas específicas e outras estratégias para permitir a igualdade de oportunidades para homens e mulheres participarem em todos os processos eleitorais, incluindo a administração das eleições e a votação.

2. Os Estados Partes deverão assegurar a participação igual dos homens e mulheres no processo de tomada de decisão estabelecendo políticas, estratégias e programas para:

- (a) reforçar a capacidade das mulheres de participarem efectivamente através de uma liderança, formação e aconselhamento sensíveis ao género;
- (b) providenciar estruturas de apoio para mulheres em cargos de tomada de decisão;
- (c) estabelecer e reforçar estruturas para melhorar a inclusão do género; e
- (d) mudar as atitudes discriminatórias, assim como as práticas e os procedimentos das estruturas de tomada de decisão.

3. Os Estados Partes deverão assegurar a inclusão dos homens em todas as actividades relativas ao género, incluindo a formação em matéria de género e a mobilização comunitária.



SADC na vanguarda da migração para TV digital

por Talent Mbedzi

PAÍSES DA África Austral estão a tomar medidas ousadas para atender a uma meta regional de migração de radiodifusão analógica para a digital.

O prazo global definido pela União Internacional das Telecomunicações (ITU) é de 17 Junho de 2015.

No entanto, os Estados Membros da SADC têm como meta fazer a mudança das transmissões analógicas até 31 de Dezembro de 2013. Esta meta destina-se a dar aos países da região tempo suficiente para enfrentar os desafios iniciais que possam surgir no processo de migração antes do prazo global.

A radiodifusão digital envolve a utilização de sinais digitais em vez de formas de onda analógica para transmitir canais de televisão em bandas de frequência de rádio atribuídas.

Graças à utilização da compressão de dados, as ligações digitais têm, geralmente, o uso mais eficiente do que a banda larga analógica, o que torna possível mais serviços e melhor qualidade de imagem de televisão do que era anteriormente possível.

Falando no 5º Fórum da SADC sobre Migração para a Radiodifusão Digital realizada em Windhoek, o Ministro namibiano da Tecnologia da Informação e Comunicações, Joel Kaapanda, pediu as emissoras regionais para elaborar recomendações para assegurar que a migração para a Televisão Digital Terrestre (TDT) seja concluída a tempo.

"É, portanto, fundamental que o Fórum da SADC sobre Migração para a Radiodifusão Digital reveja os nossos preparativos e determine o que é necessário fazer para que a SADC cumpra o prazo e garanta, assim, que os benefícios

da transmissão digital sejam apreciados pelos nossos cidadãos", disse Kaapanda.

O principal objectivo do 5º Fórum da SADC sobre Migração para a Radiodifusão Digital foi rever a implementação do Roteiro da SADC para a migração da radiodifusão digital aprovado em Junho de 2009.

O fórum considerou medidas para enfrentar os desafios na aplicação do roteiro.

Foi discutida a questão das normas de radiodifusão digitais sonoras, conforme solicitado pelos Ministros da SADC no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sua reunião realizada em Novembro de 2012 nas Ilhas Maurícias.

Entre outras medidas introduzidas pela SADC figuram a introdução de um projecto de Gabinete de Gestão de Televisão Digital Terrestre (PMO) no Secretariado da SADC para coordenar o programa regional.

O PMO será uma plataforma especial no Secretariado que se destina a ser um balcão único para coordenação, acompanhamento, avaliação e elaboração de relatórios sobre a implementação do Roteiro SADC para a migração para a radiodifusão digital para garantir que todos os Estados-Membros cumpram o prazo de migração.

O fórum também aprovou um Plano Estratégico Harmonizado da SADC de Divisão Digital que define, entre outras coisas, as especificações para descodificadores de sinais de baixo custo e um quadro de licenciamento digital para a região.

A SADC está a frente de outras comunidades económicas regionais africanas (CER) em termos de progressos no cumprimento do prazo global para a migração da

radiodifusão analógica para a digital.

Dois Estados Membros da SADC – Maurícias e República Unida da Tanzânia – são os primeiros países africanos a migrarem para o novo sistema.

As Maurícias foram o primeiro País Africano a digitalizar totalmente televisão para todas as regiões e ilhas em 2007, após o início do seu processo de migração em 2005 com um "lançamento suave" dos seus primeiros serviços digitais, oferecendo seis canais abertos.

Dois canais digitais foram lançados em 2008 para acelerar as compras dos consumidores de televisores digitais. A conclusão do processo está prevista para Dezembro de 2013.

A Tanzânia concluiu a migração, no final de 2012 e imediatamente começou um programa escalonado para desligar as emissões analógicas em Dezembro, um exercício que até agora englobou seis regiões no acesso aos serviços de TDT. Trata-se de Dar es Salaam, Tanga, Dodoma, Kilimanjaro, Mwanza e Arusha.

O Ministro das Comunicações, Ciência e Tecnologia da Tanzânia, Makame Mbarawa, disse que a próxima fase do programa de

desligamento transmissão analógica iria começar no final deste ano, tendo como meta 14 regiões do País.

Os principais factores de sucesso para os programas de migração, tanto nas Maurícias e como Tanzânia incluem os ambientes reguladores eficazes e a introdução de subsídios para que os consumidores possam adquirir receptores de TDT.

O sucesso do exercício de migração digital na Tanzânia é atribuído a uma campanha eficaz de sensibilização realizada paralelamente à implementação do programa. O governo da Tanzânia também isentou os impostos sobre descodificadores de sinais.

No entanto, os desafios encontrados pela maioria dos Estados Membros da SADC incluem a falta de financiamento para lançar o programa de migração e padronização dos receptores disponíveis no mercado e sua acessibilidade.

Para embarcar numa migração de TDT suave, os Estados Membros da SADC resolveram reflectir sobre modelos de financiamento que prevêm um processo eficiente para a divulgação de informações sobre o processo de migração de TDT. r



Eventos Agosto - Outubro de 2013



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADCTODAY Vol 15 No 5 Agosto 2013

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Shirley Pitsirai,
Teclar Mungwari.

CONSELHO EDITORIAL

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 www.gizmag.com, www.mgwallpaper.com, africanarguments.org, P. Johnson, SARDC, royaltimes.net, www.redbubble.com, www.southeasterntruckingdefense.com, www.hpwt.de, joburg.org.za, wildsidezambia.wordpress.com; p4 in2eastafrica.net; p5 www.utilities-me.com, www.kajima.co.jp; p6 www.unccd.int; p7 edition.cnn.com, planetark.org; p8 wildsidezambia.wordpress.com, www.tutwaconsulting.com; p9 P. Johnson, www.olstars.com, theflagshop.co.uk; p10 www.sadc.int, www.entdecke-deutschland.diplo.de; p11 www.newyorker.com; p12 foxnews.com; p13 SARDC; p14 electronics.howstuffworks.com, www.plall.biz; p16 www.namibian.com.na, tumblr.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento




Agosto
5-7, Angola

Fórum de Governação da Internet da África Austral

O fórum é responsável pelo desenvolvimento de uma abordagem coordenada e coerente para lidar com questões de governação da Internet na SADC.

14-16, Malawi

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho é responsável por supervisionar e monitorar as funções e o desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas sejam devidamente implementadas. O Conselho engloba Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação internacional, desenvolvimento Económico ou Planeamento e das finanças de cada Estado-Membro. O Conselho antecede a Cimeira e prepara as recomendações políticas para a adopção pelos líderes.

17-18, Malawi

Cimeira da SADC

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo é a principal instituição de políticas da SADC. A Cimeira de Lilongwe vai testemunhar a entrega oficial da presidência rotativa da SADC do Presidente Armando Guebuza, de Moçambique, a Presidente Joyce Banda, o Malawi.

24-29, Zâmbia/
Zimbabwe

20ª Assembleia Geral da OMT

A Assembleia Geral é o órgão supremo da Organização Mundial do Turismo e o mais importante encontro de altos funcionários do turismo e representantes de alto nível do sector privado de todo o mundo. As suas sessões ordinárias são realizadas a cada dois anos. Esta é a terceira vez que a Assembleia será realizada em África, organizada conjuntamente pela Zâmbia e Zimbabwe em Mosi oa Tunya / Victoria Falls, para promover o turismo na SADC.

Por anunciar

Fórum de Previsão Climática da África Austral

Cientistas dos serviços meteorológicos nacionais dos Estados Membros da SADC reúnem-se para rever a previsão climática regional. Eles vão usar indicadores de chuvas sazonais para produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2013/2014.

26, Tanzânia

Seminário Regional de Abastecimento de Água e Saneamento na SADC

O Programa Regional de Abastecimento de Água e Saneamento da SADC é uma componente do Plano Estratégico Regional de Acção sobre o Planeamento, Desenvolvimento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos. O objectivo do programa é permitir que os Estados-Membros melhorem o abastecimento de água potável e saneamento.

Setembro
2-5, África do Sul

Conferência sobre Energia Solar

A conferência irá fornecer informações sobre os mecanismos financeiros necessários para a energia solar e oferecer soluções para a actual escassez de energia em África bem como o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para suportar uma cadeia de abastecimento eficiente de energia entre os provedores independentes e a rede regional.

23, Nova Iorque

Assembleia Geral das Nações Unidas

O evento vai avaliar os progressos sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e outras metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente.

Por anunciar

Fórum Político de Alto Nível (HPLF)

É um evento sobre o Desenvolvimento Sustentável que vai decorrer em paralelo com a 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, substituindo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, com o objectivo de proporcionar "liderança política, orientação e recomendações para o desenvolvimento sustentável".

24-26, Zimbabwe

Simpósio sobre os 50 anos da Cooperação China-África

O objectivo do simpósio é partilhar perspectivas africanas sobre as relações China-África e a experiência de desenvolvimento da China, visando acelerar o desenvolvimento e integração em África através de uma melhor compreensão da aplicação da experiência do desenvolvimento chinês. O seminário é uma das actividades de 2013 destinadas a comemorar o 50º aniversário da OUA/União Africana. Os participantes são estudiosos, pesquisadores, funcionários e decisores políticos de países africanos e da China.

15 Anos

A Segunda Guerra do Congo

ESTE MÊS assinala-se o 15 aniversário da eclosão da Segunda Guerra do Congo, em Agosto de 1998.

A pouco mais de um ano após o fim da Primeira Guerra do Congo durante a qual uma força multinacional liderada por Laurent Kabila removeu o ex-líder zaireense Mobutu Sese Seko do poder, as tensões começaram a aumentar entre Kabila e seus aliados estrangeiros, Ruanda e Uganda.

Depois de ganhar o controlo da capital Kinshasa em Maio de 1997, Kabila enfrentou obstáculos no governo deste vasto país, rebaptizado República Democrática do Congo (RDC).

As tropas estrangeiras não estavam dispostas a partir, com a presença do Ruanda, em Kinshasa a irritar muitos congoleses que começaram a ver Kabila como um aliado de potências estrangeiras.

A tensão atingiu um novo patamar a 14 de Julho de 1998, quando Kabila demitiu o seu Chefe de Equipa, originário do Ruanda, James Kabarebe, e substituiu-o por um nativo do Congo, Celestin Kifwa.

Duas semanas depois, ele expulsou todas as forças militares do Ruanda e do Uganda da RDC, um processo que irritou os Banyamulengas do leste do Congo cujas tensões com os vizinhos grupos étnicos tinha sido um factor que contribuiu para a Primeira Guerra do Congo. O grupo foi usado pelo Ruanda para desestabilizar o leste da RDC.

A guerra civil congolesa, que também era conhecido como a Primeira Guerra Mundial da África, eclodiu a 2 de Agosto de 1998, quando um grupo de rebeldes bem armados, A Convenção para a Democracia Congoleza (RCD), surgiu e era composto principalmente por Banyamulengas apoiados pelo Ruanda e Uganda.

Muitos consideraram o conflito na RDC estava intimamente ligada a vários outros conflitos na região dos Grandes Lagos. A sua génese foi o conflito Hutu-Tutsi, que resultou no genocídio ruandês de 1994, em que as Nações Unidas não conseguiram deter

a morte de quase um milhão de pessoas.

Muitos membros do antigo regime do Ruanda fugiram para DRC.

Uma das mais mortais guerras na história moderna Africana, a Segunda Guerra do Congo envolveu directamente nove países africanos, bem como cerca de 20 grupos armados.

Três Estados Membros da SADC - Angola, Namíbia e Zimbabwe - forneceram tropas para apoiar Kabila, enquanto o grupo regional de 15 membros usou a sua influência diplomática para mediar e manter a Acordos de Lusaka de que o ex-presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, foi o principal mediador.

Levou vários meses de duras negociações lideradas por Chiluba para conseguir que as partes beligerantes assinassem um acordo de paz, popularmente conhecido como o Acordo de Lusaka, na capital zambiana, em Agosto de 1999.

Os Presidentes Robert Mugabe, do Zimbabwe, Sam Nujoma, da Namíbia, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, de um lado, e Yoweri Museveni, do Uganda, e p líder do Ruanda, Pasteur Bizimungu, por outro lado, todos assinaram na presença de representantes da Organização da Unidade Africana, da SADC e do Mercado Comum da África Austral e Oriental.

Ao abrigo do Acordo de Lusaka, a cessação das hostilidades entraria em vigor dentro de 24 horas após a assinatura do acordo de paz por todos os partidos, incluindo os rebeldes que assinaram o acordo quase dois meses depois.

As partes teriam de liberar os detidos e o documento também apelava para a adopção de um mecanismo para desarmar as milícias e outros grupos armados.

Mas a guerra continuou, até que terminou oficialmente em Julho de 2003, quando o Governo de Transição da República Democrática do Congo assumiu o poder. Estas são as raízes do conflito no leste da RDC para este dia. r

Heróis e Unidade Namíbia, Zâmbia



Monumento dos Heróis em Windhoek, Namíbia; e Estátua da Liberdade na capital Zambiana, Lusaka.

DIA DOS Heróis é um feriado nacional na Namíbia, reconhecido pelas Nações Unidas como o Dia da Namíbia e comemorado anualmente no dia 26 de Agosto, dia em que os primeiros tiros foram disparados no noroeste da Namíbia, em 1966, marcando o início da luta armada de libertação que trouxe a Independência 23 anos depois, a 21 de Março de 1990.

Em 1974, 10 anos após a Independência, na Zâmbia, o Presidente Kenneth Kaunda apresentou um presente à nação para honrar os seus heróis: a estátua de um homem sem camisa ou sapatos e levantando uma mão acorrentada no ar depois de quebrar as correntes. O monumento tornou-se o ponto de encontro em todos os feriados ou de lembrança de que a liberdade tem uma função.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto-Outubro de 2013

1 Agosto	Dia dos Parentes Dança Umhlanga Reed	RDC Swazilândia
5 Agosto	Dia dos Farmeiros	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos camponeses Nane Nane	Tanzania
9 Agosto	Dia Nacional das Mulheres Eid Ul Fitr**	África do Sul Malawi, Maurícias, Tanzânia
12 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
13 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
6 Setembro	Dia da Independência Somhlolo	Swazilândia
7 Setembro	Dia da Vitória	Moçambique
10 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dias das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação Nacional	Moçambique
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia

* O Dia da SADC não é Feriado Público, mas assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992

** A data exacta depende da visualização da Lua Nova